

ALADI/CR/Ata 743
16 de agosto de 2000
Hora: 9h45m às 12h20m

ATA DA 743ª SESSÃO DO
COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da ordem do dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 740ª, 741ª e 742ª sessões.
 4. Apresentação do documento: “Ações no campo da sanidade animal nos países da ALADI” (ALADI/SEC/dt 422).
 5. Apresentação do documento: “Situação atual e perspectivas do comércio eletrônico nos países da ALADI: Versão preliminar” (ALADI/SEC/di 1347).
 6. Resultados da Décima Primeira Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores – 11 de agosto de 2000.
 7. Assuntos diversos.
 - Aniversário do Senhor Luis Fernández.
 - Observações aos comunicados de imprensa da Secretaria-Geral por ocasião da Décima Primeira Reunião do Conselho de Ministros.
 - Medalha comemorativa da Décima Primeira Reunião do Conselho de Ministros.
-

Preside:

EFRAÍN DARÍO CENTURIÓN

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein, Gustavo Vivacqua, Julia Ruben Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacaflor e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Bruno Luiz Dos Santos Cobuccio, Eduardo Paes Sabóia, Marcelo Baumbach e Paulo Roberto Ribeiro Guimarães (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Alfonso Silva e María Antonieta Jara (Chile), Arturo Sarabia Better e Fabio Emel Pedraza Pérez (Colômbia), Miguel Martínez Ramil e Fidel Ortega Carrillo (Cuba), Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), Gustavo Iruegas Evaristo, José Luis Solís, Julio Lampell Adler, Arturo Juárez e Juan Antonio Nevárez (México), Efraín Darío Centurión e Luis Alfonso Copari (Paraguai), Carlos Higuera Ramos e Ricardo Benjamín Romero Magni (Peru), Jorge Rodolfo Talice, José Roberto Muínelo, Elizabeth Moretti e Ana Teresa Ayala (Uruguai), Nancy Unda de González e Magdalena Simone (Venezuela) e Roberto Casañas (OEA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

Secretaria: Hugo Medina e Consultor Ricardo Petrissans.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

... Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

2. Assuntos em pauta.

... Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL . Muito obrigado, Senhor Presidente. No documento que está em poder dos Senhores Representantes constam as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada nesta sessão.

Salientamos, em primeiro lugar, a nota da Delegação do Brasil comunicando a designação dos Senhores Haroldo de Macedo Ribeiro e Otávio Brandelli para prestar serviços nessa Delegação Permanente e o término de funções do Senhor Antonio Otávio Sá Ricarte, que não está em sala, desejando-lhe, em nome da Secretaria-Geral, muitos êxitos em suas novas funções. Solicitaríamos ao Embaixador Denot

que lhe transmitisse nossos desejos de êxitos. Esperaremos a presença dos Secretários Macedo Ribeiro e Otávio Brandelli para dar-lhes as boas-vindas.

Devemos também destacar a nota da Representação Permanente do Chile comunicando a promoção para Conselheiro da Senhora Engenheira María Antonieta Jara, que tampouco está em sala. Transmitimos, através do Representante Permanente, nossas congratulações.

Recebemos também nota da Representação Permanente do Uruguai, mediante a qual comunica o término de funções da Senhora Elizabeth Moretti, a quem desejamos muitos êxitos em suas novas funções, e a designação da Primeira-Secretária, Senhora Ana Teresa Ayala, a quem damos as mais cordiais boas-vindas, desejando-lhe muitos êxitos.

Senhor Presidente, nesta ocasião incluímos na pasta dos senhores os documentos correspondentes à situação financeira da Associação, o estado de execução orçamentária janeiro-junho deste ano, bem como o relatório sobre a situação orçamentária e financeira da Associação até 30 de junho de 2000. Finalmente, o relatório sobre situação da execução orçamentária correspondente. Estes documentos serão considerados oportunamente na reunião da Comissão de Orçamento.

Para finalizar, Senhor Presidente, salientamos que hoje incorporamos às pastas das Representações a Proposta 226 da Secretaria-Geral, que tem por objetivo convocar, e propor a agenda provisória, a Quinta Reunião de Responsáveis pelo Fornecimento de Informação de Estatísticas de Comércio Exterior, tema que será incluído na agenda da próxima sessão do Comitê de Representantes.

Estes são, em termos gerais, Senhor Presidente, os assuntos em pauta. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral.

A Presidência, em nome do Comitê, deseja também muitos êxitos aos funcionários das distintas Representações em suas novas funções.

Passamos ao seguinte ponto.

3. Consideração das atas correspondentes às 740^a, 741^a e 742^a sessões.

... Submete-se a consideração as atas correspondentes às 740^a, 741^a e 742^a sessões. Se há observações de forma, podem ser encaminhadas, como de costume, à Secretaria; as de fundo são feitas em sala.

Não havendo observações, APROVAM-SE.

Passamos ao outro ponto.

4. Apresentação do documento "Ações no campo da sanidade animal nos países da ALADI" (ALADI/SEC/dt 422).

A Secretaria encomendou a elaboração do presente documento, que contém uma proposta de ações no campo da sanidade animal. O objetivo é evitar que a

adoção e aplicação de requisitos zoossanitários se constituam em restrições encobertas ao comércio intra-regional.

Ofereço a palavra à Secretaria-Geral para apresentar o documento ALADI/SEC/dt 422.

SECRETARIA (Hugo Medina). Senhor Presidente, com o presente estudo damos cumprimento à Resolução 254, pontos 4.1.18, ALADI, Avaliação das regulações zoossanitárias e realização de um seminário técnico. A data prevista para este trabalho é agosto do presente ano.

Como adiantou o Senhor Presidente, este estudo foi elaborado por três peritos peruanos. O Engenheiro Meza coordenou esta equipe de trabalho. Tem antecedentes como Consultor, na Secretaria, e com base nesses antecedentes foi contratado.

O estudo faz parte de uma série de ações realizadas pela Secretaria e pelo Comitê, com relação ao espinhoso tema da sanidade animal.

Originalmente, no mês de novembro de 98 foi elaborado o Documento ALADI/SEC/di 1172 por um perito do Rio da Prata. Esse documento apresentou um mapeamento internacional do tema. A organização técnica da OIE, Organização Internacional de Epizootia, adiantou a metodologia de trabalho da Secretaria, deu informações importantes para tratar a negociação técnica deste tema.

Nesta oportunidade, este segundo estudo abrangeu a parte dos países andinos; basicamente, os critérios andinos se refletem no documento, sendo feita uma série de propostas já diretamente vinculadas a um possível programa a nível da Associação.

A proposta central do estudo contempla o desenvolvimento de um programa de certificações zoossanitárias. O desenvolvimento dos componentes desse programa seria encomendado às autoridades nacionais de sanidade animal, com base em propostas técnicas.

O documento consta de onze capítulos, sendo que o ponto central é o capítulo quinto, de propostas, complementado com um comentário sobre a necessidade de incluir na negociação os sistemas de vigilância zoossanitária; incorpora como novidade um capítulo sétimo, com laboratório de diagnóstico regional, sugerindo uma lista de laboratórios de reconhecida capacidade a nível regional, que poderiam ser convocados para dirimir eventuais controvérsias no plano de análises técnicas.

Posteriormente, o documento abrange outro tema original: acreditação de profissionais para realizar ações de sanidade animal. Com isto se está propondo a hierarquização dos funcionários técnicos incumbidos da certificação. Um capítulo de informação zoossanitária complementa nosso documento de 1998. No documento desse ano tinha sido estabelecido o âmbito geral das informações necessárias para tratar este tema. Nesta oportunidade estão sendo estabelecidos os lineamentos para implementar este componente da negociação.

Quanto à parte central de propostas, para ilustração do Comitê de Representantes, simplesmente queremos enfatizar na dificuldade deste tema, manifestando que as propostas estão orientadas a estabelecer certificados para o comércio de mercadorias, certificação da área de procedência de equinos e bovinos,

certificação de exportação em um documento anexo, de aceitação por parte da autoridade sanitária oficial do país de destino, certificação de conformidade das inspeções reais realizadas pelos serviços oficiais do movimento dos animais, certificação de procedência de estabelecimentos incluídos na área de programa nacional de luta contra a febre aftosa, no caso de movimento de bovinos, certificação de estabelecimentos reconhecidos oficialmente livres de determinadas doenças.

O presente estudo tem partes que são uma contribuição muito positiva, a juízo da Secretaria, a juízo da Secretaria, logicamente, e outras, que podem, pelo menos, ser melhoradas. Um dos capítulos que pode ser melhorado é aquele que trata das disposições relativas ao leite e produtos lácteos. Notoriamente, houve na região avanços normativos e um desenvolvimento tecnológico e tecnologia de controle que não se refletem no documento. Uma boa contribuição é a parte de aves e do comércio de frangos. Os aspectos abrangidos pelo comércio de aves enfatizam as provas de diagnóstico necessárias. O tema do diagnóstico em sanidade animal é crítico, tanto para aves como para animais. As controvérsias entre os países surgem em matéria de diagnóstico, as provas de diagnóstico não são mutuamente aceitáveis, e a discussão é bastante de confrontação nesta área.

Outro tema do comércio de áreas que se evidencia no documento é exigir que as vacinas solicitadas no país estejam vigentes.

Um terceiro aspecto indicado no comércio de aves é a execução dos tratamentos antiparasitários e, logicamente, que o estabelecimento esteja oficialmente qualificado para exercer o comércio de produtos da indústria agrícola.

O aspecto final que desejaria destacar é a lista dos laboratórios de diagnósticos regionais. Evidentemente, reflete a experiência de um país, mas é uma demonstração de idoneidade com que trabalharam os consultores nesse tema. Ordenaram os laboratórios de diagnósticos regionais por doenças: para as doenças vesiculares recomendam o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa; para as doenças de ruminantes, o Laboratório do ICA, da Colômbia; para as doenças de eqüinos, o Laboratório SENASA, da Argentina, e o Laboratório Sagat, do México; para as doenças de aves, o Laboratório de Campinas, do Brasil, o Laboratório do Serviço Agrícola Pecuário, do Chile, o Laboratório Sagar, do México, o Laboratório do ICA, da Colômbia, o Laboratório Central de Weybridge, da Inglaterra, e o Laboratório de Ames, nos Estados Unidos. Estes dois últimos, como laboratórios dirimentes. Os laboratórios para controle de vacinas sugeridos pelos consultores são o Laboratório Oficial de Havana, Cuba, Laboratório Oficial do SAG, em Santiago do Chile, o Laboratório de Ames, dos Estados Unidos, e o Laboratório CNEVA-Cedex, da França.

Desejaria manifestar, ainda, que o documento contém dois componentes adicionais. Primeiro, uma sugestão de prazo: estabelece um prazo até 31 de dezembro do corrente ano para receber comentários dos serviços oficiais; segundo, a realização de um seminário técnico para discutir todos os aspectos desta proposta do programa regional.

Nada mais, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Medina.

A Presidência agradece à Secretaria-Geral esta significativa contribuição. Antes de dar a palavra à distinta Representação do Peru, ofereço a palavra ao Senhor Arnaldo Chibbaro, delegado do IICA.

Representação do IICA (Arnaldo Chibbaro). Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Representantes. Vou ser muito breve. Somente desejo manifestar nosso beneplácito, como organismo técnico, pelo documento apresentado. Acreditamos que é muito útil. Há muitos anos, que o IICA vem trabalhando nestes temas; somos membros Observadores do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio; temos uma Secretaria como organização de várias das redes de sanidade existentes no continente ou colaboramos com os organismos regionais. Nesse sentido, e como vem sendo feito há alguns anos, quando começou o atual Secretário-Geral a impulsionar esta iniciativa desde seu cargo de Secretário-Geral Adjunto, desejaríamos oferecer nossa colaboração para o próximo evento e nos futuros trabalhos na área da sanidade agropecuária. Consideramos que podemos dar algumas contribuições, potencializar o trabalho da ALADI do ponto de vista técnico, e colaborar nisso. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tomamos nota de seu amável oferecimento.

Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Presidente.

Examinamos este documento muito rapidamente porque é altamente técnico, mas o consideramos realmente muito oportuno e substancialmente importante neste momento. Acredito que muito em breve teremos notícias nos jornais que merecem toda nossa atenção na área da sanidade animal.

Estamos enviando este estudo, a nossa capital para que façam suas recomendações no tocante aos interesses e requerimentos próprios. Acredito que suas recomendações são muito importantes para o comércio e para a produção de animais vivos. Não sou técnico nesta matéria, mas o fato de que tenha podido entendê-lo em quase toda sua intenção demonstra que é um estudo muito claro, com uma positiva visão do tema.

Penso que este documento, junto com o apresentado em 19 de julho, sobre medidas e serviços fitossanitários na área agrícola, é um bom complemento para que nossos países possam avançar mais neste campo do comércio agrícola e animal. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Presidente.

Desejaríamos também parabenizar a Secretaria-Geral por este estudo. O México dá grande importância a este tema da sanidade animal, e creio que este trabalho abre uma muito boa oportunidade para impulsionar a adoção de um âmbito de referência e de normas na ALADI. Em breve enviaremos os comentários de nossas autoridades competentes para poder contribuir para seu enriquecimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Então, damos entrada ao documento mencionado e reiteramos nossos agradecimentos ao Senhor Medina e à Secretaria-Geral pelo que ele representa para nós.

Passamos a considerar o ponto seguinte.

5. Apresentação do documento “Situação atual e perspectivas do comércio eletrônico nos países da ALADI: Versão preliminar” (ALADI/SEC/di 1347).

... Este documento está relacionado com o cumprimento do previsto no programa de trabalho, atividade 4.2.3, e foi elaborado um estudo sobre a situação e as perspectivas do comércio eletrônico na região.

Em primeiro lugar, ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral Adjunto, o Economista Mejía e, depois, ao Doutor Ricardo Petrissans.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo F. Mejía). Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Representantes. Como o senhor acaba de mencionar, a Secretaria-Geral, com base no estabelecido na atividade 4.2.3 do programa de atividades para o ano 2000, preparou o estudo sobre a “Situação atual e perspectivas do comércio eletrônico nos países da ALADI”, publicado como documento ALADI/SEC/di 1347, de 18 de julho do corrente ano.

Contamos com a cooperação do Doutor Ricardo Petrissans, que se desempenha como Diretor do Instituto de Logística, Transporte e Comércio Internacional de Ibero-América e como Catedrático de Comércio Internacional da Universidade da República.

O estudo começa colocando o tema no contexto da denominada nova economia e a sociedade da informação, categorias estreitamente vinculadas à revolução científica e tecnológica iniciada na década de cinqüenta. A denominação de nova economia obedece a que é diferente da economia física porque suas fortalezas derivam, fundamentalmente, da informação, do conhecimento e da velocidade. Estes fatores estão permitindo construir novos caminhos para fazer negócios, conhecer e satisfazer necessidades crescentes de forma expedita, antecipar-se a demandas futuras, utilizar o conhecimento adquirido on line para fazer novos produtos e serviços, construir redes de alianças, sustentadas no campo eletrônico e em sociedades de negócios.

A nova economia está constituída por quatro conjuntos de empresas: as produtoras de infra-estrutura de INTERNET, entre as quais figuram as que produzem hardware, software e telecomunicações, as que produzem aplicações de INTERNET, tanto as aplicações de comércio eletrônico como bases de dados para a WEB, e serviços de consultoria, que atuam como intermediários eletrônicos, facilitando os negócios, mesmo quando não fazem negócios, e, finalmente, as que vendem on line.

Entre os anos 92 e 97, os investimentos em tecnologias de informação justificam 25% do crescimento do produto interno bruto dos Estados Unidos. Em alguns casos, os bens e serviços produzidos ou comercializados por estas empresas já superam os produzidos por várias empresas da economia convencional ou a denominada também empresas de tijolos, e o crescimento do setor foi superior ao do PIB dos Estados Unidos nos últimos anos.

A sociedade da informação é a que atualmente está sendo criada com base em tecnologia de custo reduzido de armazenagem e transformação de dados de informação. Entre estas tecnologias se mencionam as telecomunicações, a difusão da informação. As redes de informática constituem a infra-estrutura de suporte e de desenvolvimento de relações novas: políticas, socio-econômicas, comerciais, culturais, fundamentadas no eixo do desenvolvimento da utilização do conhecimento.

A seguir, o estudo apresenta algumas definições de comércio eletrônico, suas categorias, empresa-empresa, empresa-consumidor, empresa-governo e consumidor, administrador, administração, bem como as modalidades em que se realiza este comércio, fundamentalmente de caráter direto, vinculadas ao caráter tangível ou intangível dos bens transacionados através da rede.

Analisa, depois, o estado do comércio eletrônico nos países da ALADI, análise precedida de uma comparação com a situação imperante em vários países desenvolvidos mediante a utilização de indicadores selecionados entre eles pela ação da rede, número de computadores e telefones por habitante, custo de comunicações, valor das transações comerciais, etc.

Foi dada especial atenção, por suas conseqüências, aos aspectos tributários e legais, destacando-se entre os aspectos legais as implicações dos contratos e da assinatura digital e a proteção da propriedade intelectual dos dados pessoais e do consumidor.

Outro dos aspectos analisados é o tratamento do comércio eletrônico nos foros e organismos internacionais, com particular atenção na consideração feita pela Organização Mundial do Comércio, pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual e pela ALCA sobre o tema.

Quanto à situação reguladora dos países da ALADI, o estudo mostra seus diferentes graus de tratamento. Em alguns países foram baixadas leis que regulam seu desenvolvimento e promoção de forma total ou parcial; em outros é tramitada a aprovação perante o Parlamento, e em outros, ainda não foi tratado.

O estudo contém, também, um capítulo de conclusões e recomendações que têm caráter muito preliminar, devido à complexidade do tema, tanto por suas conotações políticas como pelo caráter multidisciplinar que requer seu tratamento.

Finalmente, são incluídos alguns documentos como anexos, tanto da região como de organismos internacionais, que se consideram interessantes, especialmente para as pessoas que em cada um dos países fazem análise e investigações sobre o tema.

Senhor Presidente, solicitamos ao Doutor Petrissans que desenvolva alguns dos temas deste estudo.

Ricardo Petrissans. Muito obrigado.

Desejaria avançar um pouco nesta apresentação, fundamentalmente nos meios gráficos, sobretudo levando em conta um pouco os comentários do Economista Mejía sobre a complexidade desta questão e a necessidade ou a dificuldade de perfilar os aspectos da nova economia. Sobretudo, poder enlaçar certas cifras e certas projeções que fazem com que quando nos movemos neste campo o façamos de

forma cuidadosa, de forma ponderada, porque é um fenômeno relativamente novo, mas com enorme força.

Se os senhores me permitem, desejaria começar manifestando que quando se participa do debate, em geral, sobre esta questão surgem, reiteradamente, menções à nova economia e se fala, em definitivo, de nova economia por oposição à aparentemente velha economia. Mas, sobretudo, trata-se muito também o tema do comércio eletrônico, que é um pouco o objetivo central do estudo que fizemos com a ALADI.

Sem prejuízo de tudo isto, acredito que há um primeiro ponto que devemos destacar, que não pode ser esquecido nunca se pretendemos avançar estruturalmente. Normalmente, o que provoca o movimento do rabo da lagartixa é o cérebro da lagartixa. E quando nós falamos do comércio eletrônico, estamos vendo o rabo da lagartixa, mas falta conceitualizar o cérebro em si mesmo, que move tudo isto.

Este é o conceito de sociedade da informação. Em definitivo, estamos assistindo a uma transformação muito profunda, equiparável, oportunamente, à revolução industrial, mas muito mais rápida, e que está tendo efeitos políticos, econômicos, sociais, culturais, educacionais e sobre o trabalho. E o que nós vemos em algumas manifestações como comércio eletrônico é uma das manifestações da mudança profunda que a sociedade da informação está provocando em nós. Inclusive, às vezes, não chegamos a ver –e desejaria em algum momento da exposição tratar de mostrar- que, em definitivo, existem elementos como o próprio conceito do estado, o próprio conceito de poder do estado, e mesmo o conceito de soberania monetária do estado que, em definitivo, estão sendo, progressiva e rapidamente, comprometidos seriamente, e isto cria um espaço virtual onde é muito difícil para os organismos políticos e para os próprios organismos do estado poder desenvolver sua ação no sentido tradicional. Muda a educação, também o trabalho e, fundamentalmente, o que nós percebemos é a grande mudança em matéria econômica e, dentro da economia, o que mais se percebe da mudança é justamente o comércio eletrônico.

De modo geral, diria que a imprensa costuma ver, a parte, inclusive, menos importante do comércio eletrônico, que é o comércio eletrônico entre a empresa e o consumidor. E existe um campo muito mais forte, muito mais vigoroso e muito mais importante, do ponto de vista financeiro, que é o negócio eletrônico empresa-empresa e o próprio negócio, inclusive, bancário on line, que já praticamente torna muito difícil as medidas de controle e, de alguma maneira, a medida de governo dos fluxos. Isto advém da construção de uma rede mundial, que todos conhecemos, que é a rede Internet.

O principal efeito da rede Internet sobre nós é a modificação drástica de nosso conceito de espaço e de tempo. Temos um espaço normalmente determinado ou conceitualizado por fronteiras geográficas. A Internet gera um espaço não geográfico, que é um espaço de fluxos, um espaço totalmente diferente, no qual o reconhecimento das fronteiras é impossível, vamos dizê-lo diretamente, e onde se conforma um único espaço, onde existe enorme liberdade de movimento. Além disso, visto que funciona os 365 dias do ano, as 24 horas do dia, nossa idéia de tempo, inclusive muitas vezes aplicada à empresa, tem dificuldades notáveis de adaptação. Para dizer de alguma maneira, nosso tempo biológico não está sincronizado com o tempo da rede. E tudo isso nos gera algumas dificuldades muito importantes na hora de executar.

E estas duas mudanças são substanciais; estão provocando alguns efeitos muito importantes sobre as empresas, sobre os setores e, fundamentalmente, sobre as formas de comercializar ou sobre a forma de negociar. Estão ocorrendo mudanças importantes nas cadeias de intermediação; estão surgindo novos intermediários, estão desaparecendo outros. Inclusive, nesse contexto também se assiste ao rearmamento das correntes do valor dentro do comércio, onde muitas vezes o tema da distribuição física passa a ser um tema secundário, perante a estrutura da corrente de valor, armada sobre bases eletrônicas.

Simplesmente queria centralizar um pouco a questão, antes de entrar em alguns detalhes do trabalho.

Se os senhores me permitem, desejaria chamar a atenção, em uma primeira instância, para alguns elementos gráficos, como a demografia da rede. Este é um fenômeno que se estrutura sobre a existência de redes, mas, fundamentalmente, sobre a existência e a ação de indivíduos.

Então, minha primeira chamada de atenção é no sentido de que este é um fenômeno muito recente. Observem que em dezembro de 95 tínhamos nas estimativas menores cerca de 16 milhões de pessoas conectadas. Quando dizemos conectadas estamos falando de indivíduos que estão entrando na rede diariamente, não de pessoas que tiveram contato com a rede. Isto é, estamos falando de usuários diários da rede. Dizia que em dezembro de 95 tínhamos 16 milhões. Alguns tínhamos uma estimativa de 26 milhões. Em setembro de 99 já tínhamos 201 milhões. E hoje estas estatísticas devem ser atualizadas. Estamos exatamente em 350 milhões, porque se conectam aproximadamente 52 mil pessoas por dia. Então, isto era 4,78% da população mundial, e neste momento está em 5% da população mundial, que normalmente, cuidado, tem acesso a uma linha telefônica, dispõe de um computador e também, eventualmente, do dinheiro necessário. Ou seja que se trata, normalmente, de um segmento socio-econômico nos quintis superiores da população.

Na seguinte, tratando já de centrar-nos um pouco na posição da região, há uma predominância muito forte, como os senhores podem apreciar, de sua utilização. A metade dos internautas diários são dos Estados Unidos e do Canadá. Enquanto que a América do Sul e a América Central, partindo de uma base bastante baixa em dezembro de 98, de 2,9%, hoje está em aproximadamente 3,5%. Isto é, nossa população internauta é 3,5% dos milhões que mencionamos.

Finalmente, o terceiro quadro de demografia está apresentando uma projeção e uma evolução desde 1995 até 2005. Se os senhores observam uma coluna, que é o usuário da América do Sul e Central sobre mil habitantes, neste momento temos aproximadamente 38 pessoas sobre cada mil que são usuárias, em comparação com, por exemplo, os 493 norte-americanos, ou seja, a metade da população norte-americana que é usuária diária, e depois nossa projeção para o ano 2005 nos estaria dando 101 sobre mil, frente a 720 dos Estados Unidos, 529 da Europa Ocidental e Escandinavos e nos estaria colocando, inclusive, abaixo da média mundial, que seria aproximadamente 118 pessoas.

A seguinte superabunda; por conseguinte, vamos deixá-la como está.

Na parte de demografia, os senhores poderão observar que é uma projeção utilizada normalmente pelo Comissário da União Européia para demonstrar, de

alguma forma, a necessidade de impulsionar a inserção de indivíduos, empresas e governos na rede na União Européia, demonstrando a diferença entre a quantidade de habitantes em rede dos Estados Unidos com relação à Europa Ocidental.

A última, onde evidentemente estamos incluídos, mostra, creio que graficamente, com muita clareza, a diferença conosco.

Outro elemento que considere que pode ser de interesse é o idioma da rede. O espanhol e o português dentro da rede, neste momento, não são idiomas significativos. Isto é, o conteúdo, que marca grande parte do funcionamento da rede em si mesma, é mormente o inglês. Temos uma projeção de crescimento para o ano 2005, onde o espanhol e o português somariam aproximadamente 80 milhões de navegantes diários ou de usuários diários da rede. No entanto, o espanhol, neste momento, tem uma presença sobre o total de páginas na rede de aproximadamente 0,5 %. Isto é, do ponto de vista de sua presença real na rede, é muito inferior à presença efetiva percentual de internautas dentro da rede. É outro chamado de atenção que me parece interessante.

Diria que isto foi uma primeira aproximação. Quantos são, onde estamos nós nesses quantos são.

E gostaria de entrar em uma segunda parte, que é penetrar muito brevemente na estrutura da nova economia. Quando nos falamos da nova economia, parece haver uma espécie de antinomia entre a economia tradicional e a nova economia. Isso não é exato. O que se está produzindo é um modelo econômico, onde a rede em si mesma começa a desenvolver uma estrutura econômica que se interpenetra progressivamente com a do mundo real. Isto é, não existe uma fronteira entre o mundo real e o mundo virtual, mas se vão interpenetrando e complementando e, de fato, embora existam muitas novas empresas virtuais e muitas empresas tradicionais, o que está crescendo é a zona do meio. Isto é, empresas do mundo real ou da economia real que abrem sua base virtual e, ao mesmo tempo, empresas virtuais que começam a abrir sua base real, gerando uma nova estrutura onde existe parte de realidade e de virtualidade.

Mas, existe algo denominado economia de Internet em si mesma que, em definitivo, é muito recente e está composto de quatro estágios. Aí se está projetando o primeiro estágio, que é o infra-estrutural, que são as empresas de hardware e software, os fabricantes de PC e servidores, fornecedores de serviço de última milha, usuários, vendedores de software de segurança e fabricantes de fibra ótica. Este é o estágio infra-estrutural que permite que a rede exista e funcione.

Um segundo estágio compreende as empresas de aplicações para comércio eletrônico, fabricantes de desenvolvimento de software, empresas de ensino e de treinamento para atuar on line, facilitadores de base de dados, fabricantes de aplicações. Ou seja, são todos aqueles que, existindo a infra-estrutura que fornece a primeira parte, permitem que a infra-estrutura e a rede funcionem por meio de aplicações.

Um terceiro estágio está constituído pelos fazedores de mercado, pelos corretores on line, pelos fabricantes de conteúdo, pelos publicitários para Internet. São todos aqueles que organizam o mercado. São os organizadores de mercado.

Finalmente, o quarto e último estágio está constituído pelo comércio eletrônico e pelos agentes do comércio eletrônico em si mesmos. Isto é, os intermediários, serviços profissionais, divertimento on line. De maneira que isto, em si mesmo, é uma estrutura econômica que começa como pirâmide desde a base, que é a infra-estrutura, para a cúspide, que é, em definitivo, a realização de comércio eletrônico.

Se os senhores me permitem, considero que o seguinte estágio é chave, porque se mostra em faturamento e em milhões de dólares o crescimento de cada um dos quatro estágios entre 1998 e 1999. O primeiro estágio, referente à infra-estrutura, aumentou seu faturamento de 117 bilhões para 198 bilhões, com um crescimento anual de 69 por cento. As aplicações de 72 para 101 bilhões cresceram 40 por cento. Os intermediários aumentaram 52 por cento e o comércio eletrônico, 71 por cento.

Em definitivo, é importante saber que itens crescem no mundo de hoje a estas velocidades e com estas magnitudes. Quer dizer, a soma dos faturamentos supera amplamente, por exemplo, a indústria mundial do turismo e começa a aproximar-se da metade do que é o faturamento mundial da indústria petroleira. E isso está funcionando, há alguns anos, com seriedade. Deve-se levar em conta que eu sempre dizia ao Secretário Mejía que isto não cumpriu ainda dois mil dias e já tem essas magnitudes e cresce a essas velocidades.

E dentro da rede começa a crescer um entrelaçamento de negócios novos. Quando se fala de destruição do trabalho pela tecnologia, pelo menos em matéria de Internet começamos a descobrir que, na realidade, isto está, por um lado, substituindo algumas atividades, mas, por outro, está gerando toda uma série de atividades novas, que permitiu que nos últimos seis meses este tipo de questões, por exemplo na economia norte-americana, tenha gerado um milhão de empregos novos, não empregos substitutivos, mas novos. E este entrelaçamento de negócios inclui portais de transação, gestores de comunidade, portais especializados, certificação de seguridade digital, publicidade e marketing virtual, etc, etc.

Como conseqüência disto começam a realizar-se, também, modificações notórias em alguns aspectos que para nós eram, em grande medida, verdades econômicas admitidas. E se os senhores observam, esta é outra das utilizadas pelo comissário da União Européia. Corresponderia a outros setores capitalizar o mercado do que poderíamos denominar as empresas da velha economia. Observem a crescente capitalização de mercado das atividades diretamente relacionadas com Internet como tecnologia da informação, telecomunicações e mídia.

Tudo isto leva ao seguinte: como isto impactou no mundo. Observem que de 68 a 2000, das dez primeiras empresas do mundo, em 68, a única com tecnologia era a IBM, e aparecia liderando o ranking das dez primeiras empresas da bolsa. Em 2000, sete das dez são empresas das novas tecnologias, incluindo o chamado Cisco Systems, que é uma empresa do primeiro estágio, que mencionava anteriormente, e que foi criada há menos de doze anos, e hoje é a primeira empresa em capitalização mundial. Devemos levar em conta que a Microsoft é a segunda. Foi criada em 75, mas teve grande auge nos últimos cinco anos e superou gigantes como a General Electric, que podia considerar-se, nesse sentido, imbatíveis.

Não desejo cansá-los. Que nos espera do comércio eletrônico? As projeções que temos neste momento em bilhões de dólares nos estariam mostrando este crescimento com um desenvolvimento fenomenal do comércio eletrônico entre empresas. Comentava hoje que os jornais nos informam que o comércio eletrônico

entre empresa e consumidor tem uma posição relativamente mais reduzida, mas o crescimento esperado é absolutamente explosivo. Esse crescimento esperado tem sua origem, fundamentalmente, no novo comércio, mas uma percentagem importante é substituição de comércio.

Isto é simplesmente para mostrar-lhes a participação que já tem o comércio eletrônico, por exemplo, no que foi seu berço, os Estados Unidos. Em 2000, a penetração por setor: serviços financeiros, 28,9 por cento. Que significa isto? Significa que quase 30 por cento das transações financeiras se realiza diretamente pela rede, sem intervenção de agência bancária. É claríssimo. Cada transação de um cliente no próprio banco tem um custo de US\$ 1,17 e operando pela Internet tem um custo por operação de US\$ 1. Por conseguinte, os primeiros interessados em que isto se torne efetivo são os bancos, do ponto de vista de custo; informática, 23 por cento; livros, 11 por cento; música e vídeo, 9,9, e assim sucessivamente, nos diferentes setores indicados. E de lado são colocadas as vendas previstas em milhões de dólares para cada setor. Aqui podemos observar, com muita clareza, que existem alguns setores já violentamente impactados no efeito substituição, como viagens; isto é, no setor viagem houve uma verdadeira revolução; no setor editorial estamos assistindo à terceira onda de choque, isto é, atualmente, os autores, como, por exemplo, Steven Queen, publicam em sua própria página web e cobram um dólar por seus artigos. Para que os senhores tenham uma dimensão, o trabalho anterior de Steven Queen, que publicou na rede, era um trabalho para uma revista, que paga a Steven Queen quinze mil dólares por artigo. O Senhor Queen colocou na web e cobrou um dólar a cada leitor. O Senhor Queen arrecadou diretamente US\$ 325.00,00 por esse artigo, em lugar dos quinze mil que teria arrecadado se o tivesse vendido na revista. Em matéria de indústria musical, nem falar de seu impacto, que é absolutamente brutal. Em matéria de indústria financeira e de bolsa, idem. E está começando a atingir progressivamente outros setores.

Há outro elemento para o qual desejaria chamar a atenção: uma coisa é o aspecto de vendas pela rede e outra, muito diferente, a empresa. Como impacta a utilização dos meios eletrônicos em seus custos. Em definitivo, aquele que ingressa no caminho eletrônico, utilizando as ferramentas eletrônicas para sua própria empresa, quanto ganha em competitividade. E aqui está um terceiro diapositivo, que também utiliza o Comissário da União para dialogar com os Governos da União Européia, que foi o que justificou o lançamento da iniciativa e Europa, em Lisboa, em março deste ano, onde diz que o comércio eletrônico, isto é, produto de estudo setor por setor, implica economias de custos nas percentagens que os senhores observam aí para as empresas do setor que ingressem em plataformas de comércio empresa-empresa.

Isto significaria, por exemplo, que na indústria dos componentes dos eletrocomponentes poderia chegar a ser de 40 por cento. A reflexão é, em matéria de competitividade, uma empresa da região que produza tradicionalmente frente ou competindo com uma empresa que obtenha progressivamente economias de custo adicionais de 40 por cento, creio que, em definitivo, deveria dar, pelo menos, para refletir profundamente.

Se os senhores me permitem, vamos aos indicadores regionais, que foi um pouco onde quisemos enfatizar para saber exatamente onde estava situada a região.

Aqui, em matéria de telecomunicações básicas há uma exposição da maioria dos países com relação à linha telefônica fixa para cada cem habitantes assinantes de

telefones celulares, milhares de usuários de Internet e percentagens de usuários sobre o total da população. Diria que o interessante de tudo isto é que temos uma média nos países da ALADI em matéria de usuários sobre o total da população de 2,2 habitantes, absolutamente baixíssima. Estamos longe, muito longe, inclusive, de algumas médias como a da Espanha, que é de 13 por cento aproximadamente, que é a média da Europa e considerada, do ponto de vista da sociedade de informação, bastante atrasada.

Logicamente, dentro dos países, inclusive, há diferenças também bastante notáveis que fazem com que, de alguma maneira, este 2,2 possa levar a certos equívocos. O tema, realmente está centralizado onde estão colocados os principais focos de conexão, que seria, evidentemente, de acordo com esta cifra, nos países do MERCOSUL e no México.

Outro elemento determinante é o custo das telecomunicações. Podemos observar que os custos das telecomunicações para a região são muito mais elevados quanto ao acesso à Internet, com relação aos países desenvolvidos.

Sugiram-me que fale das conclusões, mas simplesmente desejaria falar do quadro de acesso dos computadores à INTERNET.

Temos outros elementos adicionais. Os senhores podem observar que o número de PCs, para cada mil pessoas, nos países da OPE é de 264; nos Estados Unidos, de 406; na região, em alguns países como a Venezuela, 36; no Peru, 12,3. Estamos muito longe disso e, inclusive, dentro do parque informático mundial temos apenas 3 por cento.

Entrando nas conclusões do estudo, e depois desta síntese algo rápida, encontramos que, em primeiro lugar, a região está inserida na economia digital e no comércio eletrônico, mas não a instâncias de desenhos próprios, mas porque a região está tomando, de certa forma, o desenho desta economia e deste comércio, dado pelos países desenvolvidos. Essa é a primeira conclusão.

A segunda é que, por uma série de circunstâncias, estamos muito longe de alcançar um peso significativo, do ponto de vista de nossa representatividade, dentro desse comércio eletrônico, seja por temas de conectividade, seja por temas de participação e por acesso telefônico e inclusive por educação empresarial e pelas próprias políticas públicas. Em definitivo, na maioria das regiões do mundo já existem ou foram criados certos foros especializados que trabalham, além do comércio eletrônico, com a sociedade da informação propriamente dita. Não temos aqui uma instituição similar, não temos um foro similar, e isto está sendo desenvolvido, em grande medida, a instâncias, por um lado, da iniciativa privada e, por outro, de iniciativas públicas, mas sem um âmbito de coordenação entre si. Como dizia o Economista Mejía, um tema é que vários países da região estão estudando normas reguladoras em geral, tomando como base a de UNCITRAL, mas fazendo retoques próprios. Isso, em muitos casos, é não entender que este fenômeno deve ser, em alguma medida, coletivamente regulado, e que é muito difícil que uma regulação nacional sirva para algo mais que para as transações domésticas. Ou seja, que estamos fazendo, eventualmente talvez, alguns esforços que poderiam ser melhor empregados em outros aspectos.

Por outro lado, observa-se uma lentidão muito importante. Simplesmente por citar a última cifra, observem que neste momento, só de comércio eletrônico entre

empresa e consumidor, estamos comprando a empresas da região 26 por cento, enquanto 74 por cento corresponde a importações nítidas. Se levamos esta projeção para o ano 2005, quando esta modalidade atingirá 8,33 bilhões de dólares, teremos uma carga adicional na balança, porque 74 por cento disto vai para fora da região, normalmente para empresas européias ou empresas norte-americanas.

O último problema é que, na realidade, observamos que pouco e nada se sabe da região. O que se sabe, ou seja, o primeiro trabalho estruturado, que é preliminar, sobre a situação do comércio eletrônico na região é este, que foi elaborado pela ALADI. Existem alguns estudos nacionais; em outros países não existem diretamente estudos nacionais, inclusive somos o grande desconhecido para os grandes consultoras internacionais como Jupiter Communication, etc., mas não me preocupa que eles não saibam; preocupa-me muito mais que nós não quantifiquemos isto e que não saibamos com precisão onde estamos.

Por conseguinte, é necessário, de acordo com o que tínhamos observado, aprofundar as análises em matéria setorial, em matéria de desenvolvimento e em matéria da problemática do comércio eletrônico. Temos necessidade de pesquisar sobre os impactos do comércio eletrônico, sobre determinados setores produtivos e cadeias comerciais na região. Precisamos saber como utilizar em determinados setores o comércio eletrônico como motor de crescimento e também como promotor de exportações, isto é, hoje através da rede nos estão vendendo vinho, café, banana, mas não somos nós, em definitivo, os que estamos fazendo isso. Devemos ver qual é a potencialidade deste instrumento, individual e coletivamente, para aceitar estas regras de jogo. É necessária muita formação, sobretudo muita informação e, fundamentalmente, devemos procurar trabalhar não somente com as câmaras empresariais, mas também com os responsáveis políticos. Isto está ocorrendo demasiado rápido para os tempos políticos, e perde-se. Devemos ajudar um pouco nesse sentido.

A conclusão central de tudo isto é que considerávamos que aqui havia um magnífico campo, uma magnífica oportunidade para a ALADI porque não existe, em definitivo, dentro da região, nenhum âmbito catalisador que permita desenvolver em conjunto estas iniciativas. Concluo minha exposição com um simples exemplo. Os Estados Unidos desejam discutir a tributação internacional do comércio eletrônico. Como 90 por cento do comércio eletrônico empresa-consumidor está concentrado nos Estados Unidos, evidentemente os Estados Unidos querem prolongar a moratória impositiva sobre o que se vende no comércio eletrônico. E também argumentam o seguinte: até o presente, em 50 anos de negociação, não obtivemos o livre comércio; por conseguinte, este é o momento de alcançar uma tarifa zero para tudo isto e permitir-nos que isto aumente. Limite-me a chamar a atenção com relação a que, para nós, isso, que pode ser sedutor, implica que há 74 ou 75 por cento do que importaríamos, eventualmente, por comércio eletrônico que viria nessas condições. Temo que esta discussão vai surgir em breve na Organização Mundial do Comércio e em outros foros e não desejaria que nos acontecesse –e peço, com carinho, licença a meus patrícios uruguaios para dizê-lo- coletivamente o que aconteceu com a seleção uruguaia, isto é, que não nos conheçamos no avião. Significa que, em definitivo, devemos começar a trabalhar rapidamente nisto. Muito obrigado. Desculpem, mas o entusiasmo faz com que a gente fale demais.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Doutor Ricardo Petrisans. Notou-se, através do ímpeto e da profundidade da apresentação, que nos enriquecemos mais que com uma apresentação, com uma conferência sobre o tema, mas absolutamente objetiva,

ilustrativa, e tenho a certeza de que todos os prezados colegas do Comitê ficaram satisfeitos por tomar conhecimento de um tema tão complexo.

A Presidência agradece à Secretaria-Geral a apresentação deste documento, ao qual damos entrada, e oferece a palavra sobre o tema.

Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

Desejaria parabenizar a Secretaria e o Doutor Petrissans pelo pormenorizado informe que acaba de apresentar. Consideramos muito importante este documento e já foi levado ao conhecimento de nossa Chancelaria, onde lhe deram uma primeira leitura e informaram-me que consideram este documento um bom material de consulta e que continuarão enviando-nos seus comentários e opiniões. Parece-me, portanto, que deveríamos, não apenas inclui-lo no programa de atividades da Associação, mas considerá-lo prioritário para o próximo programa de atividades da Associação, porque assim consta nas encomendas da recente reunião do Conselho de Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

Queremos aderir também às congratulações ao Consultor e à Secretaria-Geral por este excelente estudo. É um trabalho sério, bem documentado, com informação atualizada, que abrange o conceito do comércio eletrônico, seu âmbito de desenvolvimento, implicações legais, tratamento nos foros internacionais e regionais e a evolução e situação reguladora do comércio eletrônico nos países da Associação.

Por essas razões consideramos que o documento representa uma muito boa introdução ao tema do comércio eletrônico na região e contribui com elementos de juízo e com propostas que podem ser retomadas quando discutamos o programa de atividades da Associação para o ano 2001.

No entanto, temos algumas observações com relação, especificamente, ao âmbito regulador do México na matéria, que poderiam enriquecer o estudo.

Na página 98 da primeira parte do documento se indica, no último parágrafo, que o Governo do México aprovou a Lei de Comércio Eletrônico em 26 de abril de 2000. E esta referência se repete na página 141, primeiro parágrafo, dizendo também que os aspectos principais dessa lei constam no Anexo, coisa que não ocorre.

Desejaríamos esclarecer que, de acordo com a informação de que dispomos na Representação, não existe tal Lei de Comércio Eletrônico, senão um decreto do Poder Executivo Federal, de 29 de maio deste ano, mediante o qual são modificados vários ordenamentos jurídicos, incluindo o Código Civil, o Código de Comércio, a Lei Federal de Proteção ao Consumidor, para incorporar elementos referentes, especificamente, ao comércio eletrônico. Este decreto foi enviado por nossa

Representação à Secretaria-Geral em 27 de junho deste ano, sendo mencionado no último parágrafo da página 142 do documento.

Cabe assinalar, porém, que o decreto mexicano não aparece como corresponderia no anexo sexto, disposições dos países-membros da Associação sobre comércio eletrônico. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Toma-se nota das expressões vinculadas aos antecedentes de seu país.

Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Senhor Presidente.

Adiro às congratulações à Secretaria-Geral ou, melhor, ao Comitê de Representantes por ter, em primeiro lugar, encarregado ao Secretário-Geral o estudo, à Secretaria-Geral por tê-lo elaborado e ao Consultor por seu, creio, estupendo trabalho.

Tive ocasião de comentar um pouco apressadamente este trabalho com o Secretário-Adjunto, Mejía, e com o próprio Consultor. Depois da exposição que acabamos de ouvir, na verdade, pelo menos para meu modo de ver, poderia continuar escutando uma hora mais a exposição do Consultor.

Queria manifestar, Senhor Presidente, que esse tema, que a Ministra Soledad Alvear mencionou de forma explícita, no Conselho de Ministros, no sentido de que o Comitê de Representantes e a própria ALADI se encarregasse, precisamente, não apenas do tema do comércio eletrônico que, como vimos, é precisamente importante, mas não é só do rabo da lagartixa que devemos ocupar-nos, mas do cérebro da lagartixa, isto é, da economia digital e, em definitivo, da sociedade digital.

Senhor Presidente, considero que, e digo isto de forma preliminar, obviamente, isso é algo que provavelmente tenhamos que ir consultando entre nós e ver de que maneira, inclusive, fazemos, a partir deste momento, um espaço para este tema no programa de atividades da ALADI, sem esperar até a configuração do programa de trabalhos do ano 2001 porque, tal como aqui foi dito, se em dois mil dias aconteceu tudo o que aconteceu nesta matéria, obviamente, esperar seis meses para tratar este tema, na verdade que estaríamos dando demasiado espaço para que outros façam o que nós deveríamos fazer.

Em segundo lugar, uma primeira reflexão, se cabe fazer alguma, de forma atropelada e preliminar, sobre este trabalho, com relação ao grande tema da convergência e da harmonização. Da mesma maneira que a nível do MERCOSUL e da Comunidade Andina se está procurando avançar em matéria de convergência macroeconômica de indicadores, de quatro ou cinco indicadores básicos, como fez a União Européia em determinado momento com Maastricht, etc. Creio que o grande tema paralelo, complementar, é o da microconvergência; isto é, da convergência dos sistemas, das formas de regular, de promover, de interatuar no comércio, na educação, na cultura, etc. E tenho a impressão de que esse trabalho é, por dizer de alguma maneira, não sei se o mais importante, mas um trabalho central desta Organização.

Aqui, no Conselho de Ministros, houve uma coincidência, diria, de todos os participantes, no sentido de que a ALADI deve encarregar-se dos temas que lhe correspondem; ou seja, os temas relacionados com a integração. E a economia digital, a sociedade digital e, nesse contexto, o comércio eletrônico, é o grande tema da integração no Século XXI. Não há coisa mais integradora, precisamente, que esta.

De maneira que, Presidente, sem ter consultado ninguém, e seguindo a doutrina Medeiros, proponho, e se não estiverem de acordo, retiro minha proposta, convocar uma sessão monográfica deste Comitê sobre este tema. Ou seja, hoje escutamos uma brilhante exposição; temos um documento estupendo que encaminharemos a nossos especialistas em nossos respectivos países; nós mesmos vamos mastigar e, no possível, digerir esta informação, e em um prazo prudente, e talvez com alguns analistas que nos ajudem, fazer uma sessão monográfica completa de uma manhã, um seminário, etc. destes Representantes que aqui estamos, que somos fundamentalmente Representantes políticos, mas queremos ser capazes de entender esta situação e, ao mesmo tempo, influir em nossas capitais para que estes temas sejam tratados com uma perspectiva de harmonização, com uma perspectiva comum, que é o que nós podemos impulsionar.

Solicito que registre isto, Senhor Presidente, para consultá-lo posteriormente, se é possível, fazer uma sessão monográfica devidamente preparada, onde todos possamos ter lido isto com antecipação, etc.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Toma-se nota de sua muito interessante sugestão. Oportunamente a implementaremos.

Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Senhor Presidente.

Unimo-nos às congratulações à Secretaria-Geral e ao Consultor por esta apresentação de dois importantes e extensos documentos, que merece o tema.

Demonstram também que na parte correspondente ao Peru –tenho-o olhado em linhas gerais e, certamente, creio que boa parte desta informação foi fornecida por nosso próprio país- é bastante satisfatória. Vamos encaminhá-los a nosso Governo, para que faça uma revisão exaustiva, e informaremos o Comitê sobre qualquer futura observação.

Esta sessão foi um pouco deprimente pois nos demonstra que estamos muito atrasados em tudo o referente à área da economia digital. Estamos, na verdade, sumamente atrasados nesta matéria, e acredito que devemos fazer o possível para dar maior impulso a este tipo de atividade, tão vinculada com o comércio eletrônico. A resolução que aprovamos no Conselho de Ministros diz claramente que devemos dar maior impulso aos países-membros para que, igualmente avancemos, como manifestou o Embaixador do Chile, com convergência e harmonização, porque de nada podemos deduzir que um país se distancie do outro a velocidade sideral e outro país da ALADI fique muito atrás.

Acredito que nisto devemos estar o mais padronizados possível, para que não se produza outro fenômeno de subdesenvolvimento eletrônico que agrave esse famoso tema da globalização.

Considero que se nos subdesenvolvemos também em matéria eletrônica, em matéria digital, teremos outro ponto em contra. Como nos manifestou o Embaixador Casanueva, a convergência e a harmonização parecem ser os grandes temas que devemos regular e promover para que nossos países possam avançar nesta nova era, já que esta era substitui a era industrial. Estamos vivos e temos o orgulho de fazer parte dessa mudança da era da humanidade.

Por isso estou de acordo com o manifestado pelo Representante do Chile, no sentido de fazer um seminário, uma reunião, como desejem denominá-la, o mais urgente possível, dedicada a este tema. O Comitê de Representantes escutou com muito interesse o relatório do Consultor, mas creio que poucos somos técnicos. Sei ligar o computador e entrar na Internet e escrever meus e-mail, mas não conheço profundamente o tema. Quando vejo o Senhor Bill Gate, dá a impressão de ser um gigante que tem um produto nacional bruto de muitos de nossos países juntos. Por conseguinte, consideramos que deve fazer-se um seminário e não acredito que seja atrevida a proposta do Embaixador do Chile. Considero muito oportuno dedicar ao comércio eletrônico, à economia digital, uma sessão, mas especialmente feita aqui no mais breve prazo possível, inclusive com a participação ativa de alguns técnicos de nossos países. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Desejo unir-me também ao positivo reconhecimento do trabalho apresentado e salientar, de forma especial, a observação do Consultor, no sentido de que “não existe na América Latina um âmbito catalisador que permita desenvolver em conjunto estas iniciativas”.

E destaco essa afirmação porque considero que nos indica um caminho. Neste recinto nos temos perguntado várias vezes para onde deve ir a ALADI. E várias vezes mencionamos a conveniência de que a ALADI identifique alguns nichos. Sem dúvida, o comércio eletrônico é um campo fértil. A ALADI deveria, portanto, ver a possibilidade de cumprir nessa frente um papel preponderante.

Por conseguinte, considero que a partir deste primeiro estudo devemos identificar muito rapidamente ações que vinculem a ALADI com este mundo da sociedade digital, ou como desejemos denominá-la. E proponho algumas ações. A primeira, logicamente, é que realizemos um evento, tal como manifestou meu colega do Chile, no qual possamos examinar mais cuidadosamente o conteúdo deste documento. Mais ainda. O ideal seria que antes de sua realização, todos tivéssemos a nossa disposição a informação nacional relacionada com os temas que trata o estudo. É possível que devamos fazer-lhe correções ou observações, como as que fez hoje o México.

Considero que o Comitê de Representantes deveria estabelecer, de uma vez por todas, que estas estatísticas sejam mantidas, de agora em diante, atualizadas. Deveríamos, também, antecipar as ações que permitam à ALADI desempenhar um

papel antecipatório e de coordenação neste campo e não esperar até o próximo ano para iniciar estes trabalhos.

Proponho que determinemos quanto antes quais serão os objetivos. Porque são as possibilidades e não seria sério tratá-las todas. Este órgão da integração da América Latina deve propiciar ações conjuntas, convergências reguladoras e, enfim, a identificação de âmbitos de caráter geral para estas novas atividades. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (José Rafael Serrano Herrera). Obrigado, Senhor Presidente.

As intervenções dos Senhores Representantes me deixam espaço apenas para expressar que concordo, em geral, com tudo o manifestado.

Desejaria destacar principalmente o trabalho da Secretaria-Geral que, embora tenha sido realizado em cumprimento do programa de atividades, tenho a sensação de que houve um esforço interno adicional para fazer as coisas da melhor maneira. Em determinado momento senti que este tema não tinha um apoio importante de nós como Representantes Permanentes. Não obstante, como dizia, tenho a impressão de que a Secretaria, apesar disso, continuou trabalhando, e de maneira muito coerente chegou a propor-nos este documento, que vantajosamente coincide com a última reunião do Conselho de Ministros, sendo uma das duas encomendas que a Secretaria deve continuar este trabalho. Então, estamos no caminho correto. Mas, este caminho deve ser percorrido com a rapidez manifestada nesta sala. Coincidi com a idéia de convocar um seminário, uma reunião para aprofundar este tema. Convido a Secretaria-Geral e o Consultor a revisar com a Representação do Equador este documento para ver como poderíamos contribuir, porque tenho uma preocupação não somente para meu país, mas para um ou dois países: que o documento não apresenta a informação necessária ou talvez a redação não a recolhe, porque no caso do Equador, por exemplo, apresenta-se no capítulo sobre regulação do comércio eletrônico uma informação que me parece importante, mas que omite toda menção à situação da questão nos países da ALADI.

Pelo menos no caso equatoriano, a informação correspondente consta na segunda parte, mas no caso de outro país nem sequer se menciona em nenhuma parte. Então, deveria existir uma aproximação da Secretaria e do Consultor para que o documento estivesse completo. Por isso reitero a proposta da Representação do Equador de que nos aproximemos e contribuamos para que a nova versão, com as observações que nos enviem do Equador, seja completa. É tudo pelo momento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante. Toma-se nota do exposto.

Tem a palavra a Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Nancy Unda de González). Obrigada, Presidente.

Em primeiro lugar, desejo expressar-me em nome da Comunidade Andina. Obrigada pelo programa, com o estudo tão profundo, e pela exposição tão clara. É um tema muito importante, se nos vemos no mundo em que nos tocou viver.

Apoio a proposta do Embaixador do Chile, de realizar um seminário-oficina para conhecer, realmente, em profundidade o tema. Acredito que como Comunidade nos reuniremos também para transmitir a nossos países nossa preocupação para que nos forneçam, ao mesmo tempo, sua contribuição, as opiniões necessárias para enriquecer este programa.

Muito obrigada por tudo. Espero que daqui em diante seja um tema prioritário.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhora Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente.

Queria, também, fazer constar a importância que atribuímos no Brasil ao tema do comércio eletrônico e da sociedade de informação, em geral. Vamos transmitir a nossas autoridades o volumoso estudo apresentado pela Secretaria. Estou certo de que receberá a atenção que merece. Também vamos transmitir a nossas autoridades as sugestões do Embaixador do Chile, com o acréscimo feito pelo Embaixador do Peru. Isto é, um seminário, uma oficina especializada, com a presença de peritos das capitais. Isto já se pode manejar no contexto do programa de atividades para o ano 2001 ou talvez fazer uma revisão do programa do ano 2000. O único que queria recordar é que o tema já está adiantado na Organização Mundial de Comércio e também se discute no contexto da ALCA. O que não quer dizer, de maneira alguma, que a ALADI não deve também ocupar-se dele. Mas, trata-se de um tema técnico, um tema para o qual as Representações necessitamos de um assessoramento adequado para continuar encaminhando-o e isto viria, creio, de nossas capitais.

É um tema que devemos manter em nossa agenda, respeitando o mandato que nos deu o Conselho de Ministros, mas sempre em interação com nossas capitais. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante. A Presidência toma devida nota também de suas amáveis expressões.

Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Senhor Presidente.

Tenho uma pequena preocupação, depois de escutar as intervenções de meus colegas. Talvez eu não soube expressar a proposta preliminar.

Considero que uma coisa é realizar um seminário-oficina, com peritos, com especialistas que venham de nossas capitais para tratar este tema, e que isso deve fazer-se, e desde logo apoiariamos essa idéia de que seja feito quanto antes e em coordenação e com conhecimento do que está acontecendo no âmbito da ALCA, do

que está ocorrendo no âmbito da OMC, etc. Eu diria que este tema é mais de caráter técnico.

Queria propor ao Comitê que realizasse uma avaliação política do tema. Quando falo de política, falo de governo, de política pública, de que estamos pensando politicamente sobre este tema, porque as consequências do que está ocorrendo nesta matéria são consequências de caráter político e requerem respostas políticas. E a isso me refiro: tendo neste Comitê uma massa crítica política, com uma trajetória, de cada um dos que estamos nesta mesa, de política pública e do setor público, que possamos fazer uma avaliação política deste tema, além das implicações específicas técnicas ou dos dados que desejaríamos completar sobre a situação de cada um de nossos países, etc.

Ambas as coisas não são contraditórias, e creio que contribuiriam bastante em uma sessão monográfica deste Comitê para obter um conhecimento mais completo do tema, insisto, do ponto de vista de política pública.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

A Presidência também toma nota e recolhe suas amáveis expressões.

Desejaria fazer uma muito rápida apreciação. Em primeiro lugar, agradeço novamente à Secretaria e ao Doutor Petrissans o trabalho apresentado.

É conveniente que o Comitê saiba que o trabalho do Doutor Petrissans não representou nenhum tipo de custo para a Secretaria. A cooperação do Doutor Petrissans foi obtida através de um acordo da Secretaria-Geral com o Instituto de Logística da Ibero-América. Por conseguinte, este é um duplo reconhecimento que temos para com a pessoa do Doutor Petrissans por seu trabalho.

Por outro lado, desejo também recordar que este documento foi feito juntamente com a Secretaria, o Consultor e para a colaboração das diferentes Representações. Em alguns casos, a consultoria não teve resposta por parte de algumas Representações. Creio que foi assim. Essa é uma das razões pelas quais não figura de forma completa o tema no documento, que depois será ampliado.

Em terceiro lugar, a Presidência desejaria encomendar à Secretaria-Geral que faça os contatos pertinentes com as Representações a fim de convocar um seminário-oficina, uma primeira aproximação ao tema entre nós, para ver o que é o melhor, qual é a melhor maneira, porque foram escutadas diferentes manifestações e considerações sobre o tema. Então, devemos saber de que forma podemos levar adiante este tema.

Doutor Petrissans, novamente obrigado por sua amável presença e colaboração.

Passamos a considerar o seguinte ponto.

6. Resultados da Décima Primeira Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores – 11 de agosto de 2000.

... Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidente.

Vamos referir-nos, basicamente, à Resolução 54 (XI) e à ressalva em atas, deixada pelo Conselho de Ministros. Partindo desta última, a Secretaria-Geral na manterá contatos na próxima semana com a direção do CEFIR, com o objetivo de começar a trabalhar com vistas à elaboração de uma proposta, que será submetida, logicamente, à consideração do Comitê de Representantes, para que conclua na implementação de um acordo entre a Secretaria-Geral e a Direção desse Organismo de maneira de poder dar cumprimento ao mandato deixado nesta ressalva em atas, que tem duas partes: a primeira, sobre a forma de relacionamento entre o CEFIR e a ALADI em matéria, se se quer, conceitual, do ponto de vista técnico, as áreas de cooperação que possam ser estabelecidas entre as duas Organizações e, a outra, relativa à parte administrativa, ao que corresponde nos aspectos administrativos o manejo da conta conjunta entre a Associação e o CEFIR. Vamos começar a trabalhar na próxima semana com a Direção do CEFIR e vamos começar a identificar as áreas onde poderíamos começar, de forma conjunta, prévia apresentação, logicamente, de uma proposta ao Comitê para a eventual assinatura de um convênio de cooperação entre a Secretaria-Geral e o CEFIR.

Em segundo lugar, Presidente, desejo referir-me à Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros, onde constam diversas áreas que deverão estar compreendidas no programa de trabalhos da Associação para o próximo ano. Desejo destacar que algumas delas já estão no programa de trabalhos do presente ano. Por exemplo, com relação à letra a) do Artigo Segundo dessa resolução, do ponto segundo dessa resolução, nos dias 19 e 20 de outubro se realizará um seminário sobre a situação da integração e suas perspectivas. Já estamos trabalhando sobre esse tema. É um evento que está sendo financiado pela Organização dos Estados Americanos. Logicamente, isto é uma primeira aproximação ao tema indicado.

Em relação a outros temas, estamos trabalhando em matéria de integração física, como consta na letra d), em matéria de turismo, intercâmbio científico e tecnológico, intercâmbio cultural no âmbito dos acordos que estão sendo atualmente desenvolvidos ou estão sendo aplicados.

Igualmente, Senhor Presidente, em matéria de nomenclatura, a Secretaria já conta com os estudos correspondentes, que serão submetidos à consideração da Comissão Assessora de Nomenclatura, que pensamos convocar para o mês de outubro deste ano. Oportunamente vamos apresentar a proposta para consideração do Comitê, como está previsto.

Finalmente, Senhor Presidente, desejo referir-me à letra e), atividades a serem incorporadas a nosso programa de atividades. Pretendemos ter para a próxima semana uma proposta definitiva do programa de trabalhos para o ano 2001, para que seja considerada no grupo de trabalho indicado para tratar essa matéria, enquanto que com relação à Resolução 52, dada a assinatura de um convênio que fizemos com a Senhora Ministra das Relações Exteriores do Chile, vamos esperar a visita do Senhor Diretor da ACSI, que entendemos que se realizará proximamente, com a finalidade de reeditar uma velha idéia que tínhamos manejado na Secretaria-Geral, de um trabalho muito completo entre a ACSI e nossa Organização, para contribuir a complementar o desenvolvimento das atividades que realizamos no sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Por último, Senhor Presidente, haveria uma questão que em algum momento deverá ser considerada, mas queremos chamar a atenção no sentido que na reunião

do Conselho, o Ministro Cabrizas, de Cuba, propôs que a próxima reunião do Conselho de Ministros fosse realizada na cidade de Havana. Conforme a decisão que adote o Comitê oportunamente sobre essa matéria, haveria que entrar em contato com a Representação de Cuba para tratar alguns aspectos de caráter organizacional e administrativo, que seria necessário realizar com suficiente antecipação, de maneira que a próxima reunião do Conselho, no próximo ano, também tenha o mesmo êxito que a que acaba de realizar-se.

Senhor Presidente, isso é o que correspondia informar por parte da Secretaria-Geral sobre os diferentes temas de trabalho relacionados com o programa de atividades da Associação para o futuro imediato. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Em resumo, a Secretaria-Geral se encarregará de manter contatos com o CEFIR. Uma vez feitos os termos de referência entre ambas as entidades, o tema será encaminhado ao Comitê para sua análise.

No que diz respeito às encomendas ao Comitê de Representantes, vinculadas com a Resolução 50, sem prejuízo de que possamos fazer uma primeira avaliação sobre o modus operandi futuro, poderíamos depois continuar esta apreciação a nível de Chefes de Representação.

Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

Vou referir-me a duas partes. O papel que nos distribuíram é cópia do documento final, da ata final que anexa a declaração e a resolução de encomendas, há dois números. Na ata, na página dois, diz: Resolução número 54, encomendas para a... Associação. E a resolução que aprovamos, na qual estivemos trabalhando durante este tempo, também tem o número 54. A ata tem uma parte que é uma resolução com uma encomenda relativa ao tema ALADI-CEFIR. O que segue é próprio de uma ata. Isto é, o convite do Governo de Cuba, a parte do acordo assinado entre o Chile e a ALADI e os agradecimentos, etc.

Trata-se, então, de reordenar um pouco tudo isto. Primeira pergunta: se esta parte da resolução, primeiro parágrafo, que é o tema CEFIR-ALADI, faz parte da Resolução 54, que está atrás, se não faz parte ficaria na ata? Porque aqui diz: Resolução 54.

PRESIDENTE. Senhor Representante, é nada mais que a forma em que está expressa. Ao fazer referência à Resolução 54, a encomenda se está referindo à Resolução 54 que consta como Anexo II. E depois continua, por outro lado, o Conselho de Ministros.

Continua no uso da palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Em segundo lugar, queria referir-me ao manifestado pelo Secretário-Geral sobre os passos a seguir quanto ao tema das encomendas.

Em primeiro lugar, que a Secretaria tinha preparado uma minuta para um acordo de cooperação entre a ALADI e o CEFIR, com o qual estamos de acordo.

Em segundo lugar, referiu-se a que os temas incluídos no projeto de resolução seriam tratados na reunião de Chefes e depois seriam incorporados ao programa de atividades. Também estamos de acordo com essa interpretação.

Por último, com relação à sede, data e oportunidade do Conselho de Ministros. Nesse sentido, em primeiro lugar, cremos que é um tema que deve ser definido no Comitê de Representantes. Ou seja, primeiro, se se realizará uma reunião do Conselho de Ministros, quando, onde, tudo. Portanto, considero que ainda é um pouco prematuro avançar sobre uma decisão de sede quando ainda não sabemos nem a data nem o momento em que se vai reunir o Conselho de Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

Foi distribuída a Ata Final, bem como a resolução e a declaração política, aprovadas pelo Conselho. Estaríamos solicitando, adicionalmente, à Secretaria a transcrição completa das sessões.

Com relação ao Artigo 2 a) da resolução aprovada pelo Conselho, acordou-se um prazo de nove meses para realizar o estudo. Este prazo vence em maio do próximo ano. Propomos que se reúna quanto antes um grupo de trabalho, presidido, talvez, se aceitasse, pelo Embaixador do Chile. É uma proposta que submetemos a consideração, a partir da qual, a Secretaria possa elaborar um primeiro roteiro pormenorizado desse estudo. Este roteiro pode servir como base para os especialistas na matéria.

Propomos que seja marcada uma data limite à Secretaria-Geral, que poderia ser meados de novembro, para elaborar esta primeira minuta, aproveitando os resultados do Seminário sobre perspectivas e desafios do processo de integração que se realizará em coordenação com a OEA dias 19 e 20 de outubro, bem como qualquer contribuição dos especialistas.

Proporíamos também buscar a maneira de concretizar, no prazo mais breve possível, uma lista de colaboradores. Mencionou-se, por parte de nosso Representante, Doutor Herminio Blanco, o nome de Enrique Iglesias. Sugeriríamos que fossem propostos outros candidatos, bem como um mecanismo para sua seleção. Poderíamos solicitar colaborações individuais ou em equipe, com base em um roteiro ou em uma lista de perguntas que seriam elaboradas pelo Comitê de Representantes ou pelo grupo de trabalho criado para esses efeitos.

Proporíamos também que o prazo máximo para receber colaborações de especialistas fosse março do próximo ano, com a finalidade de incorporá-las à versão final de maio. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante. Toma-se nota.

Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Senhor Presidente.

Tinha solicitado a palavra depois do Secretário-Geral, mas já falaram antes de mim outras Representações, pelo qual minha intervenção perde toda sua originalidade, realmente, porque os que me antecederam já disseram o que ia dizer.

Mas, já que estou com o microfone, e os Representantes não podemos evitar o microfone, primeiro queria referir-me ao brilho especial que deu a esta sessão do Conselho de Ministros a presença do Presidente da República. Creio que sua presença deu, precisamente, o que deve ter uma sessão como esta, que é a cordialidade, a fraternidade e o discurso profundo e sério que merecia a ALADI nesta ocasião. Por isso, minha Representação ficou muito satisfeita com a presença do Senhor Presidente Batlle.

Em segundo lugar, creio que a Secretaria-Geral programou muito bem esta reunião. Tudo foi executado de forma perfeita, houve espontaneidade em muitos casos, como a entrega dos selos. Enfim, isso não se podia medir nesse momento. O espetáculo musical foi realmente uma integração da música da ALADI. Creio que ninguém de nós sabe cantar muito, mas a orquestra esteve estupenda e o programa foi muito bem escolhido. Deve, também, destacar-se o alto nível de presença. Contou-se com a presença da maioria dos Ministros e Vice-Ministros, e creio que nesse sentido a ALADI cumpriu com o que tinha programado. Lembrarão que inicialmente o Grupo Andino apresentou uma moção para que esta sessão se realizasse em outubro, novembro, o que talvez teria contado com maior número de Ministros, mas as Delegações que assistiram estiveram muito bem representadas. E também os discursos foram sumamente construtivos. Não devemos considerar superficialmente os discursos dos senhores Ministros porque, em primeiro lugar, foram preparados nas capitais, com sugestões nossas, e todos têm propostas muito claras e em dez minutos tiveram que diagramar todo um guia para nossos trabalhos destes dois próximos anos. Considero que, nesse sentido, devemos também expressar nossa satisfação. A assinatura da ata foi muito apressada. Eu tenho assistido a muitas sessões internacionais e nunca tinha visto que uma ata fosse assinada nos corredores. Creio que na próxima reunião de Ministros deveríamos ser um pouco mais cuidadosos. A ata é muito simples, confiamos cem por cento. Meu Vice-Chanceler assinou a ata sem ler, porque confiava e confia cem por cento na Secretaria. Mas, creio que para a próxima reunião do Conselho de Ministros deveríamos ser um pouco mais formais no momento da assinatura da ata que, finalmente, recolhe tudo o acontecido na sessão plenária.

A proposta de realizar a próxima reunião do Conselho de Ministros em Havana me satisfaz imensamente. Oxalá estivesse aqui dentro de dois anos para poder assistir a essa reunião, e creio que ainda não podemos adotar uma decisão final porque devemos consultar também os próprios Governos, mas creio que fica como uma proposta interessante e oxalá possa cumprir-se porque faz bem para a ALADI também a descentralização da reunião do Conselho; difunde em outras regiões o que fazemos em integração, e creio que seria uma boa experiência como fizeram outras Organizações, como a dos Estados Americanos, que realiza suas reuniões do Conselho de Ministros em toda a América.

Desejaria fazer uma proposta, não sei se a Secretaria já está planejando, mas desejaria dar uma idéia porque tantos documentos, às vezes, desordenam nossa mente. Juntamente com este documento que nos acaba de mencionar o Secretário-Geral para o programa de atividades do ano 2001, queria propor, e posso retirar minha proposta se não estiverem de acordo, que se fizesse um inventário sobre a situação em que se encontram os diversos temas que os Ministros ordenaram que fossem tratados ou que se propiciassem ou fossem apoiados, que constam no Artigo 2 do caput das letras a) a f) da Resolução 54 (XI). Creio que este inventário, muito resumido, seria importante para saber em que etapa estão os temas como transporte físico, todo tipo de temas que constam nessa Resolução 54. Isso é tudo o que queria manifestar, e novamente expressei minha satisfação por este Conselho, que foi uma experiência muito alentadora, sumamente positiva. Espero que a Secretaria, não tenho experiência nisto, envie os documentos aprovados a outros Organismos Internacionais que tenham a ver com a integração, inclusive a União Européia, que não faz muito caso desta Organização, mas seria bom que estivesse informada de nossos avanços nessa área. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante. Toma-se nota, também, de tudo o exposto.

No que diz respeito a sua primeira expressão de que a Presidência não lhe concedeu a palavra na ordem em que foi solicitada, desejo manifestar-lhe que não é a Presidência que toma nota, senão que recebe as indicações da Secretaria.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente.

Três pontos. O primeiro sobre o CEFIR. Queria nada mais que perguntar à Secretaria se meu entendimento é correto: ou seja, que quando apresente a minuta do acordo de cooperação, nela constará o segundo tema, o tema da conta especial para receber as contribuições voluntárias. Meu entendimento é que nesta minuta de acordo estará algo, um regulamento, uma maneira, um modus operandi, de como funcionará a conta, que deve ser algo acordado entre a Secretaria-Geral e a direção do CEFIR. Vejo pelo assentimento do Senhor Secretário-Geral que meu entendimento é correto.

O segundo ponto, Senhor Presidente, realmente sobre o Conselho de Ministros. E aí queria concordar muitíssimo com o que acaba de dizer o Senhor Embaixador do Peru. Nós consideramos que o Conselho cumpriu suas funções; foi um êxito; o comparecimento das Delegações se deu nos níveis adequados, nos níveis que se podia esperar, levando em conta a proliferação de reuniões internacionais, sobretudo na América Latina, ou a nível hemisférico, nem falar a nível multilateral. Por um lado, também foi um sucesso político e um êxito do ponto de vista substantivo. Estou de acordo com o Embaixador do Peru em que o debate geral estabelecido foi um debate geral que devemos absorver e aí, como o Representante do México, estamos esperando para ter a transcrição das discussões para, inclusive, aprofundar mais, estudá-la com o cuidado que merece. E, por outro lado, foi um êxito também no sentido de que o Conselho aprovou quase em sua totalidade os dois documentos de trabalho que este Comitê de Representantes lhe submeteu, depois de um trabalho de três meses; aprovou sem nenhuma mudança a declaração política e aprovou com pequenas mudanças, mudanças cosméticas digamos, a declaração cosméticos, o

projeto de resolução, que é agora o mandato do Conselho de Ministros. Então, interpreto isto como um mandato do Conselho de Ministros de reforçar, de legitimar novamente o trabalho deste Comitê, em cooperação com a Secretaria-Geral e, de uma ou outra maneira, pela Resolução 54 reforça e fortalece também os trabalhos elaborados nos últimos três ou quatro anos, para estabelecer anualmente um programa de atividades da Associação sério, que deve cumprir-se, que deve ser o roteiro de trabalho da Secretaria e de nós, os membros do Comitê. Então, estou basicamente de acordo com tudo o manifestado pelo Senhor Representante do Peru, e queria fazer constar em atas esta opinião.

O terceiro e último tema, Senhor Presidente, tem a ver com o que foi discutido, também, com a execução da Resolução 54. Proponho simplesmente que na próxima semana ou na outra celebremos uma reunião informal de Chefes de Representação, para tratar, entre outros, dois temas: planificar a execução do estudo a que se refere o ponto segundo, letra a), da Resolução 54, um estudo que o Conselho de Ministros encomendou ao Comitê de Representantes e não a nenhum tipo de especialistas; não está aqui a palavra especialistas; de nenhuma maneira; é uma tarefa que devemos executar nós; devemos começar por discutir de maneira informal, como sempre fizemos, e discutir prazos e coisas.

Para esta discussão seria, talvez, interessante que a Secretaria nos pudesse apresentar um “non paper”, um papel informal sobre a programação deste seminário de outubro, onde, imagino, contaremos, com muito prazer, com a contribuição de figuras importantes de fora da Associação. Então, isso poderia ser uma contribuição importante para a discussão. A preparação do estudo mencionado no ponto 2, letra a), da Resolução 54, seria um ponto.

O outro ponto seria justamente a discussão da proposta do Representante do Peru, sobre a elaboração de um inventário sobre a situação em que se encontram esses temas mencionados na Resolução 54. A maioria das Representações, logicamente, fez um estudo preliminar disto, a maioria dos temas está incluída no programa de atividades do ano 2000, onde, de uma maneira ou outra, a Secretaria poderia definir exatamente como está, e discutiríamos a esse respeito. Isso seria já uma maneira de começar a executar a Resolução 54. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante. No referente ao primeiro ponto, CEFIR-Secretaria-Geral, é exatamente como o senhor manifestou. A Secretaria-Geral trabalhará com o Diretor do CEFIR. No documento constará a parte vinculada com o financiamento. Uma vez elaborada esta minuta de trabalho, será submetida à consideração do Comitê.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva). Presidente, desejo somar-me às expressões sobre a importância da realização do Conselho de Ministros. Meu país valora altamente a realização e a forma em que se realizou este Conselho e o fato de ter aprovado esta resolução, tanto a declaração política como a resolução. Desejaríamos, inclusive, pensar que depois de realizar os trabalhos estabelecidos na Resolução 54 e, especialmente depois de concluído o estudo de avaliação, possamos dizer que há um antes e um depois da Décima Primeira Reunião do Conselho de Ministros da ALADI porque teremos entrado de frente em uma definição do papel da ALADI no Século XXI e dadas as novas realidades do processo de integração regional.

Coincido também com a idéia de fazer um inventário dos temas, como aqui foi mencionado, e desejaria pedir se possível, não somente um estado de situação, mas, naqueles casos em que seja possível, alguma sugestão da Secretaria a este Comitê sobre como seguir adiante com esses temas, devido ao especial interesse do Conselho de Ministros em alguns deles, seja criando grupos de trabalho, por exemplo para alguns temas que ainda não estão sendo tratados, ou enfatizar linhas de ação complementares, etc, no âmbito existente, e apoio plenamente a idéia de meu colega do Brasil quanto a que o tema de como desenvolver o estudo deve ser decidido pelo Comitê, porque este é um tema a ser tratado nesta reunião de Chefes de Representação. Devemos fazer consultas para ver como orientaremos a Secretaria-Geral em seu procedimento, e meu colega do México mencionou uma coisa específica, nem sequer tinha pensado que não tivesse conhecimento e, na verdade tenho a impressão de que este tema não necessariamente está radicado em um país em concreto; é um tema do Comitê e, portanto, através das forma de trabalho habituais do Comitê devemos ir impulsionando o trabalho de avaliação que encomendou o Conselho de Ministros.

PRESIDENTE. No que diz respeito às notas que tem a Presidência, desejo manifestar ao Senhor Representante do México e, eventualmente, a todas as demais Representações, que a Secretaria está fazendo as transcrições. Logo que estiverem prontas as receberemos.

Em segundo lugar, vamos fazer uma sessão de Chefes de Representação, não na próxima semana, senão na outra, para dar tempo à Secretaria-Geral para que possa preparar, fundamentalmente, os trabalhos vinculados com o mandato da Resolução 54, particularmente o que se refere ao estudo do artigo segundo, letra a).

Com relação ao seminário de outubro, a Secretaria apresentará uma minuta com os antecedentes, como foi solicitado por algumas Representações.

E a Secretaria também nos comunicará sobre a situação em que encontra cada um dos temas, bem como alguma sugestão, como aqui foi solicitado, de como seguir adiante com os diferentes temas.

Creio que, em termos gerais, este tema é a coluna vertebral de nosso acionar, que iremos complementando na sessão de Chefes. Considero que os Senhores Representantes fizeram uma excelente avaliação e, principalmente, uma prospecção quanto aos aspectos futuros.

A Presidência recolhe, finalmente, as expressões de quase todos os Representantes no sentido de que foi um verdadeiro sucesso a reunião de Chanceleres, e sentimo-nos muito honrados com a presença do Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai. Foi um discurso que, realmente, vale a pena escutar, além da simpatia própria do Senhor Presidente que, creio, cativou todos os estrangeiros que tivemos o prazer de estar aqui nessa reunião.

Senhores Representantes, passamos ao último ponto da ordem do dia.

7. Assuntos diversos.

Aniversário do Senhor Luis Fernández.

... Desejo abrir este ponto, informando-lhes que hoje é o aniversário do Senhor Luis Fernández. O Senhor Luis Fernández é o encarregado do serviço de sala. Vamos cumprimentá-lo.

- Aplausos.

... E nossos reiterados agradecimentos. Não poderíamos trabalhar sem a colaboração de Luis Fernández.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

- Observações aos comunicados de imprensa da Secretaria-Geral por ocasião da Décima Primeira Reunião do Conselho de Ministros.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

Esperamos que as distintas Representações tenham recebido o documento com os selos emitidos pelo Governo do México como lembrança precisamente desta ocasião, da Décima Primeira Reunião do Conselho de Ministros. E queremos manifestar nada mais que por alguma omissão que certamente foi involuntária nos comunicados de imprensa da Secretaria-Geral, 48, de 10 de agosto de 2000 e 45, de 9 de agosto de 2000 não se menciona o selo do México; em nenhum dos dois. Por conseguinte, chamamos a atenção para este fato porque ambos estão contemplados.

PRESIDENTE. Senhor Representante do México, em primeiro lugar, creio interpretar o sentimento de todos os Senhores Representantes em agradecer a sua Representação a gentileza que teve de enviar-nos essa bonita lembrança dos selos postais.

No que se refere ao segundo ponto, a Secretaria tomará as providências necessárias por esse involuntário erro. Obrigado, Senhor Representante do México.

Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

- Medalha comemorativa da Décima Primeira Reunião do Conselho de Ministros.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Presidente. Tinha uma preocupação. Nossos Ministros ganharam uma linda medalha comemorativa e nós não recebemos absolutamente nada. Pergunto se poderia ser extensiva aos Representantes Permanentes, que fizemos com que a reunião tivesse sucesso.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Justamente ia referir-me à moeda comemorativa do vigésimo aniversário. Vou referir-me a dois aspectos. Em primeiro lugar, desejo, em nome da Secretaria-Geral, que conste em atas nosso agradecimento ao Banco Latino-Americano de Exportações, graças a cuja contribuição pudemos cunhar esta moeda comemorativa, que é muito, obviamente, simbólica para todos nós, pela comemoração do vigésimo aniversário da ALADI. Por conseguinte, queríamos, como Secretaria-Geral, que esse agradecimento constasse em atas da reunião do Comitê, especificamente nesta reunião, depois da celebração do Conselho de Ministros.

Com relação à medalha para cada um dos Representantes, isto sim vai constar em atas. Estamos preparando a correspondente moeda para entregar a cada um dos Representantes Permanentes em uma próxima sessão do Comitê de Representantes. Vamos ver se nos alcançam, porque não foi muito importante, tampouco, a contribuição que nos deram, mas cada um dos Representantes Permanentes terá uma moeda. Isto está previsto mas, obviamente, essa moeda também tem a gravação do nome de cada um dos Representantes; então, levará certo tempo, e a disponibilidade de tempo que tivemos antes do Conselho alcançou apenas para as que entregamos aos senhores membros do Conselho de Ministros.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral.

A Presidência agradece ao Senhor Representante do Peru sua louvável iniciativa.

Não havendo outros assuntos a tratar, encerra-se a sessão.
